

Capítulo 4

A conjuntura de transição e os jacobinos à luz da rediscussão historiográfica

*The “patriotic battalions” might be seen as an expression of new political consciousness and activity by rising urban sectors still removed from centers of power.*²¹⁰

*... [os] jacobinos são alguns dos peões a mover-se no tabuleiro desse intrincado jogo de xadrez que foi a luta pelo poder nos primeiros anos republicanos.*²¹¹

A 15 de novembro de 1898, Prudente José de Moraes e Barros transmitiu o cargo de presidente da República ao também paulista de sua recomendação e com idéias políticas relativamente semelhantes, Manuel Ferraz de Campos Salles. Consolidava-se a implementação da ordem civil na República brasileira. O recém empossado recebia como legado, apesar de muitos problemas especialmente na esfera financeira, o caminho desbravado para a instauração de mecanismos políticos capazes de garantir estabilidade administrativa ao chefe do Executivo, relações amistosas com o Legislativo e possibilidades de estabelecimento de acordos e alianças com líderes políticos regionais.

Após a derrota da fração “florianista”, “radical”, “militarista” ou ainda “jacobina”, enfim antiprudentista, no Congresso, o caminho estava aberto para a apresentação do nome de Campos Salles, cuja candidatura foi indicada oficialmente pelas bancadas baiana e mineira.²¹²

²¹⁰ J. Hahner, ‘Jacobinos versus Galegos...’, *loc. cit.*, p. 133.

²¹¹ S. R. R. de Queiroz, *op. cit.*, p. 193.

²¹² Sobre o preparo inicial em Minas Gerais da candidatura de Campos Salles à presidência, ‘O futuro pleito presidencial’, *Gazeta de Notícias*, 01/07/1897, capa. No início de outubro, na casa do deputado Rodolpho de Miranda foi realizada a reunião da “convenção oposicionista” para a votação prévia de seu candidato à presidência. Entre Lauro Sodré, Júlio de Castilhos e Quintino Bocayuva, o primeiro obteve o maior número de votos. No dia 6 do mesmo mês, houve uma reunião no recinto do Senado para que fosse ratificada a escolha anterior. ‘Votação prévia’ e ‘A Convenção’, *ibid.*, 07/10/1897, capa. No dia 10 de outubro foi realizada, no edifício da Câmara dos Deputados, a reunião da ‘parcela governista’ do P.R.F. Nesta, por unanimidade de votos, Campos Salles foi escolhido para candidato à presidência e Rosa e Silva, por 28 votos, para a vice-presidência. ‘A Convenção’, *ibid.*, 11/10/1897, capa. Logo depois, o grupo governista reuniu-se e elegeu uma comissão que redigiu um manifesto apresentando à nação as candidaturas de Campos Salles e Rosa e Silva. Ao primeiro, imediatamente foi enviado um telegrama dando conhecimento de sua escolha, ao que este respondeu agradecendo e assumindo o compromisso da candidatura. ‘Manifesto político’ e ‘A

Já em 1896, um dos nomes mais cotados era o de Quintino Bocayuva. Até a ocorrência da cisão do P.R.F., que foi influenciada na política de bastidores inclusive por estas contendas em torno do candidato ao novo pleito presidencial, outros nomes vinculados à “facção oposicionista” a Prudente, como Francisco Glycerio e Manuel Victorino, também eram aventados. Todavia, o revés político causado pelo atentado frustrado a Prudente, no qual um número significativo de parlamentares da oposição havia se envolvido ainda que poucos tivessem sido detidos, praticamente garantiu a vitória de Campos Salles, que desde a indicação de seu nome contou com o apoio do presidente da República, que há pouco escapara de ser assassinado.

Ao aceitar a sugestão de dirigir-se à Capital para conferenciar com as partes divergentes e com Prudente ainda em junho de 1897, ou seja, antes da ratificação da cisão do P.R.F. na Convenção, o então governador de São Paulo provavelmente já tinha em vista objetivos eleitorais, fazendo alarde de sua posição a-partidária, distante do fogo das paixões políticas, que mais tarde tornaria emblemática de seu posicionamento político. Antes do pleito presidencial de março de 1898, Prudente de Moraes e Bernardino de Campos já tinham certeza da vitória de Campos Salles, assim como o próprio candidato. Este prognóstico é transparente nas cartas trocadas entre Prudente e Salles em janeiro e fevereiro, acerca do oferecimento do candidato a presidente para ir à Europa acertar o famoso acordo do *funding loan*, o que Prudente aceitou, pois este seria de interesse do governo do “futuro presidente” Campos Salles.²¹³

A grande obra de Campos Salles, a edificação e implementação da ‘Política dos Governadores’ ou ‘Política dos Estados’, como ele próprio preferiu denominá-la, já foi bastante analisada por historiadores e cientistas políticos, encontrando na memória política elaborada pelo próprio Campos Salles um testemunho histórico substancial, ainda que intestino, feito por aquele que preferiu governar a República a partir dos Estados, isto é, *por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da Capital da União*, e por isto

Convenção’, *ibid.*, 20/10/1897, capa. Para a versão do próprio Campos Salles sobre a indicação de seu nome ao escrutínio presidencial e as bases de sua apresentação ao eleitorado, C. Salles, ‘A minha eleição’, *Da propaganda à presidência*, pp. 125-165.

²¹³ Carta de Campos Salles a Prudente de Moraes de 14 de janeiro de 1898 e carta de Prudente de Moraes a Campos Salles de 18 de fevereiro de 1898. *Apud* ‘Prudente de Moraes: parlamentar da província de São Paulo’, *Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo*, pp. 37-38. Ver também a carta de Gabriel de Piza, ministro plenipotenciário do Brasil em Paris, a Campos Salles, datada de 25 de janeiro 1898, em C. Salles, *op. cit.*, pp. 167-168.

mesmo carente de observação do que se passava com esta multidão, tantas vezes chamada pela historiografia de “turba”, “plebe”, “malta”, “massa” e outros termos tão pejorativos quanto estes.²¹⁴ Não é sem razão que cada vez mais pesquisadores têm se dedicado a resgatar estes atores históricos menos vinculados à administração pública ou à esfera política *stricto sensu*. Este trabalho mesmo que ora se apresenta analisa o discurso e a atuação de atores geralmente denegridos pela historiografia, cujos autores em certos casos aparentemente acreditaram nos retratações dos jacobinos feitas por seus desafetos políticos, sendo que em um momento anterior ao governo de Campos Salles, pois justamente os jacobinos acabaram por mover-se no sentido de obstaculizar a sedimentação da ordem civil, ao defenderem a ordem militarista anterior sobretudo porque esta os havia beneficiado política, social e economicamente.

Como explicado no capítulo anterior, a repressão ao atentado frustrado a Prudente de Moraes que culminou na morte de seu ministro da Guerra, significou na prática o fim da atuação política dos jacobinos, ainda que alguns destes, como os ‘Tiradentes’ que adentraram nas fileiras do Partido Republicano Nacional, já estivessem menos inflexíveis e intolerantes politicamente do que antes. De qualquer modo, a atmosfera repressiva e punitiva aos então chamados “radicais” da República determinou o fim da sua movimentação política, agravada pelo estabelecimento do estado de sítio e suas prorrogações.

A própria pena de trinta anos de prisão imputada a Deocleciano Martyr por seu delito – uma vez que não usufruía imunidade parlamentar como muitos de seus coniventes no plano que urdiu – assumiu o caráter de exemplaridade àqueles que ainda pensassem em atentar contra a ordem civil e seus representantes. A proteção não materializada, que o líder jacobino esperava receber de seus cúmplices bem localizados na esfera do poder político, esfriou o seu próprio ímpeto contestador em atividades políticas futuras. Quando foi libertado da prisão, em 1904, Martyr era outro homem e um ator político bem diverso. Novamente o gaúcho dedicou-se à atividade jornalística, redigindo nos jornais *A Voz Pública*, ainda neste ano de 1904, e *Aurora* e *O Operário*, ambos já em 1909. Todavia, o tipo de jornalismo que se dedicou a praticar era outro.²¹⁵ O militante que tanto se gabara da

²¹⁴ A famosas palavras em itálico são as mais conhecidas do ex-presidente. C. Salles, *op. cit.*, p. 127.

²¹⁵ Todas as informações referentes à atuação de Deocleciano Martyr após a sua libertação foram extraídas do trabalho de J. Hahner, *loc. cit.*, pp. 146-147.

posição de presidente dos Club dos Jacobinos da Capital não falava mais em jacobinismo. Nem o ‘antilusitanismo’ e a ‘xenofobia’ que o imbuíram antes mesmo de se incorporar ao Batalhão Tiradentes e de se proclamar o fundador do ‘Partido Jacobino’ – e que acabaram sendo estendidos por parte da historiografia como elementos distintivos de todos os jacobinos – eram agora esposados pelo jovem antes conhecido pelos cronistas da época por seus golpes de muleta nos oriundos de além mar. Martyr continuou defendendo causas antes esposadas, como a educação primária obrigatória, o fim dos monopólios e o bem-estar dos operários. Entretanto, segundo June Hahner, sobressaíam-se em seu novo discurso novas propostas, como a emancipação da mulher, desde que dentro dos “limites da razão e da moralidade”. O distanciamento do seu posicionamento anterior evidenciava-se em elogios a políticos que antes jamais o ex-jacobino o faria, como ao prefeito do Distrito Federal na época, Pereira Passos. Martyr havia se divorciado tão enfaticamente das idéias e propostas anteriores que chegou a reivindicar um, já não mais existente, título de nobreza.

Por outro lado, embora não seja fácil averiguar detalhadamente a que tipo de atuação política e atividade jornalística os principais ‘Tiradentes’ passaram a se dedicar, o quadro não é muito diferente. O próprio jornal *O Nacional*, segundo Nelson Werneck Sodré, Gladys Sabina Ribeiro e Suely de Queiroz, teve uma segunda fase em 1901.²¹⁶ De acordo com Sodré e Queiroz, nesta segunda fase, *O Nacional* estava sob a direção do novamente deputado pelo Rio Grande do Sul, Alexandre José Barbosa Lima, que havia sido um dos parlamentares indiciados como responsáveis pelo atentado frustrado a Prudente de Moraes. Queiroz afirma que *O Nacional* se definia como órgão do Partido Republicano Nacional – como assim já havia se colocado desde o final de 1895, sobrepujando o seu próprio papel inicial de porta-voz do Batalhão Tiradentes, como elucidado no capítulo anterior –, pois o partido havia se reorganizado naquele momento.

Lindolpho Azevedo, que havia sido secretário do Batalhão Tiradentes, secretário e redator do jornal *O Nacional* em toda a sua primeira fase, redator do manifesto do P.R.N. e secretário do mesmo partido pelo menos até 1897, prosseguiu na atividade

²¹⁶ N. W. Sodré, *op. cit.*, p. 265. S. Chalhoub, G. S. Ribeiro e M. de A. Esteves, ‘Trabalho escravo e trabalho livre na Cidade do Rio: vivência de Libertos, Galegos e Mulheres Pobres’, *Revista Brasileira de História*, p. 115, nota 25. Ribeiro apresenta a delimitação cronológica de janeiro a junho de 1901 para esta segunda fase de circulação de *O Nacional*. Queiroz, *op. cit.*, pp. 85- 86, nota 25. Como Queiroz aponta e assim permanece nos dias de hoje, as edições desta segunda fase de *O Nacional* não podem ser encontradas no acervo

jornalística, sendo que dedicado a publicações de outro cunho. De acordo com Queiroz, o ex-Tiradentes e ex-jacobino colaborou nas revistas *Kosmos*, *Careta* e *Fon-Fon*.²¹⁷

Outros ‘Tiradentes’, como o desde antes jornalista Annibal Mascarenhas, e seus colaboradores, Henrique Cântio, conhecido poeta nacionalista, e Julio da Silveira Lobo, bacharel em Direito, prosseguiram na atividade literária e/ou jornalista após o término de suas atuações como jornalistas jacobinos. Quando o jornal *O Nacional* deixou de circular, muitos de seus redatores passaram a atuar em *A Pátria* também da Capital, do qual Mascarenhas se tornou redator-chefe, enquanto alguns destes e outros passaram a colaborar no *Correio Nacional*, nova intitulação do principal jornal jacobino de São Paulo, *O Nativista* fundado em 14 de junho de 1895, mas que em 1896 já estava menos inflexível que antes.

O caso do imaleável Henrique Cântio é bastante sintomático de uma nova atividade jornalística. O poeta Cântio havia se esmerado na colaboração a *O Jacobino* e a *O Nacional*, entrando nas peijas corporais entre alguns ‘Tiradentes’ e agentes da brigada policial. Após o término das atividades jacobinas, Cântio não apenas passou a se dedicar a um outro tipo de jornalismo, como ainda redigiu na *Cidade do Rio* e tornou-se braço direito de José do Patrocínio quando o seu jornal já estava prestes a deixar de circular em 1902, conforme informação de Nelson Sodré.²¹⁸

Como se observa, no início do século XX, ou seja, poucos anos após a repressão e dissipação das atividades jacobinas, Deocleciano Martyr e alguns dos ex-Tiradentes e seus correligionários haviam modificado o seu posicionamento político em razão de novos direcionamentos de idéias. A punição aos envolvidos no atentado acabou causando a dispersão do movimento jacobino e o relativo silenciamento de outras vozes oponentes à solidificação da ordem civil. É provável que no momento da concessão de licença para a reorganização do Batalhão Tiradentes, em 1902 ainda no governo de Campos Salles conforme informação de José Murilo de Carvalho, muitos de seus ex-integrantes mais combativos não tenham se reincorporado às suas fileiras.²¹⁹

examinado para esta pesquisa e que assim também o foi para a maioria dos trabalhos que tomaram os jacobinos como objeto específico de estudo.

²¹⁷ Queiroz, *op. cit.*, p. 86, nota 27.

²¹⁸ N. W. Sodré, *op. cit.*, p. 285.

²¹⁹ J. M. de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 69.

Até este momento do trabalho, evitou-se qualificar as atuações políticas e atividades propagandistas dos jacobinos como integrantes de um “movimento político” e o próprio recurso ao termo “jacobinismo”, embora durante o período de 1893 a 1897, as suas idéias e ações devam assim ser entendidas. O objetivo foi apenas o de evitar a utilização de uma terminologia tão controversa na historiografia antes de se adentrar no próprio debate historiográfico acerca dos jacobinos.²²⁰ Alguns autores, principalmente em trabalhos não acadêmicos, aparentemente repetiram a flexibilidade e plasticidade do emprego do termo “jacobinismo” efetuada por alguns contemporâneos.

No caso dos trabalhos acadêmicos, o de Edgard Carone é o que apresenta mais singularidades. O autor é o único a referir-se a um “jacobinismo deodorista” anterior ao “jacobinismo florianista”, sendo o último apresentado de modo indistinto ao “florianismo”. Segundo o autor, “a fase de identidade e alianças entre jacobinos civis e militares” iniciou-se “nos fins do governo Deodoro da Fonseca, como movimento deodorista e, posteriormente, em torno de Floriano Peixoto e do florianismo”.²²¹ Por tudo o que já foi exposto neste trabalho, não há sentido em derivar o jacobinismo ou movimento jacobino do deodorismo ou do suposto jacobinismo deodorista. Outra caracterização controversa estabelecida pelo autor é entre o “jacobinismo popular” – composto por pequenos funcionários públicos, baixa oficialidade do Exército, intelectuais pequeno-burgueses, entre outros – e o “jacobinismo de cúpula” – composto por uma cúpula militar, ou seja, a alta

²²⁰ Não cabe nos limites deste trabalho apresentar o levantamento sistemático dos autores que fizeram menções aos jacobinos ou ao jacobinismo, assim como daqueles que tomaram os jacobinos como objeto específico de estudo, até porque esta tarefa já foi empreendida. No trabalho de longo fôlego de Suely de Queiroz encontra-se o mais consistente levantamento bibliográfico com os devidos comentários, desde os “apaixonados” testemunhos da época aos trabalhos acadêmicos efetuados até o momento de redação do trabalho da própria autora. Queiroz, Tessitura da historiografia, *op. cit.*, pp. 155-210. No projeto de pesquisa do trabalho que ora se apresenta também pode ser encontrada uma discussão bibliográfica sobre o tema, bem menos alevantada que a de Queiroz, todavia com o acréscimo de alguns trabalhos acadêmicos posteriores ao da autora. De modo sumariado podem ser citados os seguintes cronistas e historiadores que fizeram referências qualificativas aos jacobinos e/ou ao jacobinismo (cujos trabalhos encontram-se referenciados na lista bibliográfica ao final deste trabalho) e que tiveram ressonância em estudos posteriores: Luís Edmundo, José Maria Bello, Raimundo Faoro, Edgard Carone, Nelson Werneck Sodré, Barbosa Lima Sobrinho, João Cruz Costa, Leôncio Basbaum e June Hahner. Destes trabalhos mais antigos, o artigo de Hahner, diversas vezes já citado, foi o primeiro a fugir das visões preconceituosas e descrições depreciativas legadas pelos contemporâneos, até mesmo por realizar uma análise ao que consta inédita até a década de 1970 dos periódicos jacobinos *A Bomba/O Nacional*, *O Jacobino* e *O Nativista*, sendo até o momento aparentemente a única pesquisadora a ter examinado este último jornal, do grupo mais ativo dos jacobinos de São Paulo.

²²¹ E. Carone, *A República Velha: evolução política*, p. 169.

oficialidade do Exército que ascendeu ou se firmou durante o período de Floriano e uma cúpula civil, de membros das oligarquias dos Estados.²²²

Caso se adotasse a distinção de Carone, os agentes analisados neste trabalho seriam componentes do jacobinismo popular. Todavia, assim não se poderia proceder com coerência, pois o autor assinala que “a dissolução dos batalhões patrióticos e acadêmicos, principalmente da capital federal e de São Paulo, leva o jacobinismo popular a se dispersar”.²²³ Como se demonstrou no segundo capítulo, os integrantes dos batalhões patrióticos agitaram-se justamente quando estes batalhões começaram a ser licenciados e dissolvidos. Este é o principal problema da abordagem de Carone, pois os membros do jacobinismo popular aparecem como uma espécie de ‘massa de manobra’, expressão, cabe ressaltar, não utilizada pelo autor. Na explanação do estudioso, apenas os jacobinos de cúpula se interessavam pela luta de permanência no poder, como se os outros não lutassem pela sua própria continuação nas posições alcançadas que, se não eram cargos eletivos, eram, no entanto, as mais altaneiras que haviam conquistado. Para o autor, enfim, os membros do jacobinismo popular, ao não possuírem objetivos próprios, tenderiam a ser estimulados pelos jacobinos de cúpula segundo as necessidades destes últimos.

Por outro lado, deve-se atentar que, de forma inovadora em relação aos analistas brasileiros, Carone divisa algo além no jacobinismo do que a oposição pela mera contrariedade, da agitação política pelo afã do tumulto, da simples perseguição aos monarquistas e aos portugueses. Assim, o autor confere um caráter político ao movimento, que vê como dúplice, chegando a mencionar, aparentemente de modo pioneiro, os jornais jacobinos *O Nacional* e *O Jacobino* como parte de uma “reação florianista” que começou a se fazer sentir já no início de 1895.²²⁴ Como bem salienta Suely de Queiroz, apesar dos percalços interpretativos, o trabalho de Carone permite que se avance na análise para a identificação dos jacobinos como, nesta elucidativa metáfora cunhada pela estudiosa que serve de epígrafe a este capítulo, “alguns dos peões a mover-se no tabuleiro desse intrincado jogo de xadrez que foi a luta pelo poder nos primeiros anos republicanos”.²²⁵

²²² *Ibid.*, pp. 153-155.

²²³ Como Queiroz destaca, concordar com esta afirmação de Carone “é esquecer a ação contumaz da imprensa jacobina, os continuados *meetings*, as constantes provocações a Prudente...”, *op. cit.*, p. 241.

²²⁴ Carone, *op. cit.*, p. 146 *et. seq.*

²²⁵ Queiroz, *op. cit.*, p. 193.

Avançando nas contribuições de Queiroz, neste trabalho concorda-se com a sua caracterização da atuação dos jacobinos entre 1893 e 1897 como um único movimento jacobino ou jacobinismo. Realmente havia ‘civis de cúpula’ que circunstancialmente apoiavam os jacobinos ou com alguns destes pactuavam para fins políticos, como ocorreu nos conluios do atentado a Prudente, bem como altos oficiais que viam nas reivindicações dos jacobinos os reflexos de algumas de suas demandas. Todavia, distingui-los em dois movimentos, o “jacobinismo popular” e o “jacobinismo de cúpula”, é separar algo que era comum a ambos: a contestação à instalação da ordem civil tal como esta estava sendo efetivada durante o exercício presidencial de Prudente de Moraes. Evidentemente, como presenças diferentes, que construía interpretações e manifestavam percepções políticas diversas, os elementos populares e aqueles vinculados à política de cúpula ou à cúpula militar acabavam apresentando formas de atuação distintas.

Portanto, neste trabalho segue-se a caracterização Queiroz de que o movimento jacobino era um só, os atores é que eram distintos socialmente e, portanto, obedeciam a motivações diferentes, efetuando performances políticas diversas, embora por vezes manifestassem sincronia.²²⁶

Evidentemente, esta concepção de que, apesar da heterogeneidade social dos elementos que se abrigavam sobre a alcunha de jacobinos e dos que assim eram apodados depreciativamente pelos contemporâneos, o jacobinismo era um só, pois indivíduos diferentes poderiam circunstancialmente ter aspirações comuns e expressar demandas convergentes, não implica em concordar com a interpretação de Antônio Simas de que o movimento era “coeso”. O estudioso bem destaca que “o movimento comportou em suas hostes grupos heterogêneos que, unidos por um semelhante projeto de República, aderiram a ele por razões diversas, relacionadas às suas características próprias” e que a “coesão não pressupõe a anulação das características de cada agrupamento em nome de interesses comuns”. O que Simas pretende é oferecer uma caracterização diversa da de Carone, para quem havia dois jacobinismos estanques que agiriam em conjunto apenas em determinadas situações. Realmente o jacobinismo era um só, mas os seus componentes heterogêneos e diversos simpatizantes de fato mostravam-se mais em atividades paralelas, ainda que tendo como pano de fundo algumas propostas relativamente semelhantes para a jovem República,

²²⁶ *Ibid.*, p. 241.

do que em permanente interação. É por este motivo que Simas, apesar de insistir no “fator da unidade jacobina” e na “unidade do movimento”, acaba analisando a “distinção entre jacobinos militares e civis, que visa destacar a dessemelhança das motivações propostas”.²²⁷

A simples consideração do caso dos propagandistas jacobinos que fundaram e/ou redigiam em *A Bomba/O Nacional* e *O Jacobino* e defenderam idéias semelhantes e propostas parecidas, traz à tona a discordância sobre certas temáticas, principalmente no início de suas atividades jornalísticas, como na questão do nativismo e da xenofobia destacada no primeiro capítulo. Por certo, isto não implica em ausência absoluta de coesão, pois assim outros movimentos também acabariam sendo desqualificados. Já se notou, por exemplo, como os restauradores também possuíam as suas divergências de idéias e discordâncias estratégicas.

Nestes anos ainda iniciais de implementação do regime republicano e de transição da presidência militar à civil, em que a garantia de seu quinhão preocupava a diversos atores, encontrar coesão e unidade constante nos movimentos políticos e grupos ativistas é muito difícil, o que não significa que fossem incoerentes e inconsistentes. A politização intensa desta experiência republicana, como alerta Hahner, pode ter contribuído para que na prática atores políticos republicanos, ainda que tivessem propostas semelhantes para a jovem República como se tem explanado neste trabalho, se unissem em certas ocasiões para logo depois se desvincularem e defenderem idéias bem particulares. Isto não impede de se considerar o jacobinismo como um só movimento político, mas que só teve vigência entre os anos de 1893 e 1897, ainda que indivíduos apodados ou autodenominados de jacobinos tenham existido antes e depois.

Foi durante este período que os jacobinos, ou seja, elementos socialmente distintos ocuparam a arena política para defender as suas idéias – que tinham uma base de referência comum, o regime militarista legado por Floriano – e propostas – que em essência objetivavam a preservação do *status quo* para a sua conservação nas respectivas posições adquiridas. É por este motivo que o jacobinismo – movimento cujos membros mais propagandistas, que utilizavam as ruas e principalmente a imprensa como espaços de exposição de idéias e propostas, eram em grande parte voluntários e ex-incorporados aos

²²⁷ L. A. Simas, *op. cit.*, pp. 28-29.

batalhões patrióticos – conseguiu conquistar a adesão tanto de elementos civis como de militares à sua proposta militarista de organização republicana. Muitos civis que haviam sido direta ou indiretamente beneficiados pelo governo militarista e beligerante de Floriano viam nos jacobinos as vozes de expressão de suas demandas continuístas. Igualmente, alguns elementos das oligarquias dissidentes ou políticos de cúpula que também se opunham a Prudente e à ordenação civilista por este instaurada que desmoronava a estrutura militarista legada por Floriano, tendo em vista a desmilitarização do país para a consolidação da ordem civil, também viam nos jacobinos aliados para finalidades políticas tópicas.

A heterogeneidade da composição social dos jacobinos não pode ser esquecida, como a própria composição social dos batalhões patrióticos o demonstra, o que não impede que atores políticos socialmente diferentes possam por vezes jogar do mesmo lado do tabuleiro político.

Justamente em razão da variedade de elementos que efetivamente se diziam ou se posicionavam na arena política como jacobinos ou daqueles que pragmaticamente, tendo em vista interesses específicos, deles se aproximavam, no trabalho que se apresenta os jacobinos não são enquadrados como representativos desta ou daquela “classe”, embora as suas propostas e reivindicações de fato em certas circunstâncias pudessem coincidir, intencionalmente ou não, com as demandas de um ou outro segmento social. A identificação dos militares e, por conseguinte, como se poderia generalizar assim para estes paramilitares ou milicianos cívicos jacobinos com as “classes médias” ou com as “camadas médias urbanas”, conforme preferência de categorização dos autores, é rejeitada neste trabalho seja como pressuposto teórico seja como conclusão analítica.²²⁸

²²⁸ São conhecidos os autores que apresentam os militares, principalmente da baixa oficialidade a exemplo dos tenentes, como elementos representativos dos interesses das classes médias, como N. W. Sodré, *História militar do Brasil* e L. Basbaum, *História sincera da República: de 1889 a 1930*, ambos autores marxistas que oferecem conceituações sobre as “classes médias”. Um dos pioneiros nesta posição ou corrente de interpretação foi S. Dantas, *Dois momentos de Rui Barbosa*, ao passo que os intelectuais vinculados ao ISEB também se tornaram seus expoentes, como H. Jaguaribe, *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político* e A. G. Ramos, *A crise do poder no Brasil*. Entre os compiladores da história do Brasil, também podem ser encontrados expoentes, como o próprio E. Carone, *op. cit.* e J. C. Costa, *Pequena história da República*. Para um trabalho de discussão historiográfica a respeito da conceituação e caracterização das “classes médias” que, no entanto, acaba por se ocupar com os casos históricos de “ilustração da dependência [em todos os aspectos, sobretudo ‘ao nível ideológico’] das classes médias em relação às classes dominantes” durante toda a Primeira República, P. S. Pinheiro, ‘Classes médias urbanas: formação, natureza e intervenção na vida política, *História Geral da Civilização Brasileira*. Por outro lado, a caracterização de Suely de

Como Queiroz destaca, o movimento político destes autores deve ser inserido nestas balizas cronológicas precisas e delimitadas: de 1893 a 1897. June Hahner já havia advertido que é entre o período de proeminência alcançada por estes atores em razão da criação e organização de batalhões patrióticos aos quais se incorporaram para o combate sobretudo à revolta da Armada e a repressão conseqüente do atentado frustrado à vida de Prudente de Moraes que se pode falar em atuação política dos jacobinos.²²⁹ Como a historiadora norte-americana salienta, o atentado a Prudente ofereceu a este a oportunidade de remover da arena política os seus oponentes, em especial os jacobinos.²³⁰

June Hahner ressalta que após o fim da atuação política dos jacobinos, mesmo que alguns ‘Clubes Jacobinos’ tenham surgido e alguns indivíduos tenham se valido da designação de ‘jacobinos’, o movimento jacobino em si já havia sido efetivamente suprimido pelo governo de Prudente. As próprias condições políticas e econômicas nas

Queiroz (*op. cit.*, pp. 141-142 e *passim*) dos jacobinos enquadrados nas “camadas médias urbanas”, amparada nos trabalhos de D. Saes (pp. 206-208) e de N. V. Luz (pp. 266-269), também não deixa de ser reducionista. Certamente a categoria analítica “camadas médias urbanas” permite uma ampliação dos elementos sociais e econômicos cobertos pela categoria “classes médias”, possibilitando a Queiroz analisar os integrantes do jacobinismo sem deixar de contemplar as diferenciações internas a cada ‘grupo social’ que compunha o movimento, bem como as diferenças entre os grupos. Todavia, esta categorização continua subsumindo e determinando os agentes e grupos sociais a algo exógeno, no caso a “ideologia”, o que acaba destituindo as suas idéias e ações de especificidade política. Um entendimento básico, e deve-se acrescentar problemático, de algumas destas análises é que contradições muitas vezes manifestas entre o setor agrário e o industrial ainda emergente são vistas como antagônicas. O outro ponto problemático de se trabalhar com esta noção de agentes e grupos políticos como elementos representativos dos anseios e demandas de “classes” ou “camadas” é a questão da “consciência” de classe ou classista, pois os autores acabam caracterizando os militares ou os grupos políticos que como estes supostamente representavam as classes médias, quando não também os próprios integrantes das classes médias, como destituídos de “consciência” ou “ideologicamente submissos”. Mesmo Suely de Queiroz, que não concebe os jacobinos como elementos representativos de classe alguma, ao identificá-los como integrantes das “camadas médias urbanas”, em sua caracterização conclusiva destes atores acaba apresentando-os como acometidos por uma “sujeição”, ou seja, por uma “determinação ideológica”, segundo os termos empregados pela autora, como será visto a seguir.

²²⁹ Hahner, *loc. cit.*, p. 132 e pp. 145-148.

²³⁰ É curioso notar que mesmo os autores que relegam aos jacobinos um papel figurinista ou de meros arruaceiros em suas análises atentam para a repercussão política dos atos punitivos do atentado a Prudente, que em sua frustração acabou se tornando um trunfo político ao primeiro presidente civil. Renato Lessa ao se referir ao “drama político do Governo Prudente de Moraes”, no qual “emergiam os problemas reais para a institucionalização republicana” afirma que “o que ameaçava o novo regime não era o sebastianismo monarquista ou florianista [?], a fúria plebéia [!] da rua do Ouvidor ou os ‘monarquistas’ de Canudos, mas sim a sua não institucionalização e a não definição das regras de constituição da polis”, ‘A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina’, in: M. A. R. de Carvalho (org.), *República no Catete*, p. 33. Curiosamente, ao se reportar ao atentado e às medidas punitivas, o autor afirma que “além de provocar mágica alteração na psicologia das massas [!], o atentado permitiu ao presidente iniciar o seu governo”, p. 40. Neste trecho, o governo Prudente teria se iniciado em novembro de 1897. Antes, porém, ao se referir à inflexão política e cisão do P.R.F. após o incidente da Escola Militar de maio de 1897, o autor havia afirmado que “a derrota da facção jacobina no Congresso marca o início político do Governo Prudente de Moraes, combinando características que se mostrarão duradouras na República Oligárquica”, p. 39.

quais os jacobinos emergiram e puderam efetivar a sua plataforma de propostas já não eram mais as mesmas após esta década de 1890. Os próprios ex-jacobinos, como Hahner destaca sobre Deocleciano Martyr, além dos outros exemplos acima apontados, passaram a se dedicar a outro tipo de jornalismo e a outras atuações políticas.

Ao se referirem à ‘Revolta da Vacina’, ocorrida em novembro de 1904 durante a presidência de Rodrigues Alves, alguns contemporâneos voltaram a falar em “jacobinos” e até em “jacobinismo”, porque ocorreram tumultos populares, nova sublevação da Escola Militar e pronunciamentos de políticos conhecidos como jacobinos, como Lauro Sodré.

Conforme Queiroz adverte, não se pode entender estas ocasiões como sintomáticas de um ressurgimento do jacobinismo ou de uma nova arregimentação dos jacobinos com os mesmos fins políticos.²³¹ O confronto destes militantes com a ordem civil terminara durante o final do governo de Prudente. Como movimento político o jacobinismo já havia se esvaído e de modo terminante após a repressão que se abateu diretamente sobre os jacobinos que se envolveram no atentado frustrado a Prudente e indiretamente sobre os outros “radicais” da República.

No primeiro capítulo destacou-se que alguns estudiosos que caracterizam analiticamente os jacobinos pelo viés do antilusitanismo e da xenofobia tendem a ver a sua plataforma de reivindicações e o próprio movimento jacobino como mais duradouros no tempo e que Nicolau Sevcenko é um dos expoentes deste modo de interpretação.²³² O pesquisador não identifica a dispersão do jacobinismo e a dissipação da atuação política dos jacobinos em 1897, mas sim em 1904, pois defende que “assim como as agitações de 1897 extinguiram os últimos focos monarquistas organizados, a repressão de 1904 permitiu a dispersão da oposição jacobina de par com o fechamento da temível Escola Militar da Praia Vermelha”.²³³ Em razão desta dilatação cronológica da vigência do jacobinismo, com a qual não se concorda evidentemente neste trabalho, Sevcenko é um dos poucos estudiosos a

²³¹ Queiroz, *op. cit.*, p. 218.

²³² Eis como Sevcenko define o jacobinismo e seus componentes sociais: “Sua plataforma de arregimentação e combate [da ‘corrente do jacobinismo’] quase que se resumia toda no seu princípio basilar: o xenofobismo e muito particularmente a lusofobia. Nascido do estado de sítio, da censura e das perseguições indiscriminadas e obscurantistas desencadeadas por Floriano desde o início da Revolta de 1893, reuniu todo gênero de insatisfeitos, aventureiros e oportunistas [!], particularmente os funcionários públicos de escalões inferiores, soldados, cadetes, jornalistas da imprensa marrrom e grupos populares difusos que caíam sob sua clientela, sensíveis à sua pregação”, *Literatura como missão...*, pp. 63-64.

²³³ *Ibid.*, p. 29.

posicionar os jacobinos como um dos focos de oposição à República dos Conselheiros, tal como os positivistas e os monarquistas.²³⁴

A xenofobia e o antilusitanismo, como já ressaltado, faziam parte dos discursos dos jacobinos, apesar das nuances entre ‘Tiradentes’ e Martyr e seus seguidores. Já se dimensionou que eles atualizaram o antilusitanismo que, como atenta José Murilo de Carvalho, no Rio de Janeiro remontava à época da Independência e da Regência, em que se queixava contra o controle do comércio, a propriedade das casas e o favorecimento de portugueses na oferta de empregos. Ainda segundo Carvalho, “o que o surto de antilusitanismo do início da República acrescentou foi a queixa contra o controle de prédios de aluguel, especialmente das habitações coletivas, incluídos aí os cortiços”.²³⁵ O que o antilusitanismo dos jacobinos sequazes de Martyr, mas não no caso dos Tiradentes no início de sua atividade jornalística, acrescentou na verdade foi o ataque ao vislumbrado interesse que supostamente todos os portugueses teriam no restabelecimento monárquico, apresentando os lusos genericamente como “sebastianistas”. Apesar desta visão antilusitana peculiarmente vinculada à contextura histórica em que viviam, a xenofobia e o antilusitanismo, ainda que fossem componentes de seus discursos, não podem ser entendidos como elementos distintivos e especificadores dos jacobinos neste período de 1893 a 1897, mas sim a defesa de uma ordenação republicana militarista.

Dentro da delimitação cronológica de vigência do jacobinismo ou movimento jacobino estabelecida primeiramente por Hahner, seguida por Queiroz e agora pelo trabalho que se apresenta, ou seja, de 1893 a 1897, o recorte temático examinado nesta pesquisa, isto é, o oposicionismo dos jacobinos a Prudente de Moraes, foi dividido em dois momentos: o primeiro, de novembro de 1894 a junho de 1895 e o segundo, desta demarcação temporal até a repressão sofrida em novembro de 1897. Durante o primeiro momento, os jacobinos construíram a sua oposição a Prudente em torno do corporativismo, pois não queriam perder as posições conquistadas, lutando, por conseguinte, pela manutenção da ordem

²³⁴ Assim Sevcenko argumenta sobre as causas da longevidade do movimento jacobino: “Mesmo apesar da violentíssima repressão ao seu putsch frustrado de 1897, o grupo que ficara então bastante desarticulado e desmoralizado refez-se em grande parte e manteve uma militância constante contra a República Civil e só se apagaria paulatinamente em fins de nosso período de estudo. Ele reaparece com vigor na Revolta [da Vacina] de 1904 e nos *meetings* a partir de 1914, fato que revela a sua permanência como força latente na sociedade do Rio. Sua orientação manteve-se sempre a mesma, porque evidentemente as condições sociais e ambientais que lhes deram origem persistiam ainda”, *op. cit.*, p. 64.

²³⁵ J. M. de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, pp. 79-80.

militarista e beligerante. Já durante o segundo o momento, quando superestimaram as conseqüências da orientação conciliatória do governo civil, principalmente ao supervalorizarem a possibilidade supostamente oferecida por Prudente para o restabelecimento monárquico pois de fato o seu governo propiciou condições para a intensificação inédita da atuação aglutinadora-propagandista dos restauradores, a oposição dos jacobinos foi construída em torno de um exacerbado medo da mudança política, ao recearem a ascensão dos monarquistas e a sua própria supressão política.

Da análise destes dois momentos de oposição infere-se que os jacobinos eram politicamente *continuístas* e socialmente *exclusivistas*.

Por continuísmo político deve ser entendida a defesa que fizeram da manutenção do *status quo*, ou seja, a conservação da situação militarista e beligerante deixada por Floriano Peixoto ao ser sucedido por Prudente de Moraes. Foi por este motivo que manifestaram um exagerado temor da alteração política, pelo receio de que, principalmente se conseguida a restauração monárquica, ocorreria a alteração dos beneficiários e depositários do poder que redundaria no aniquilamento de sua atuação política. E deste continuísmo e medo da mudança entende-se o seu exclusivismo, pois os ‘jacobinos’ lutavam pela preservação da situação no ponto em que Prudente a encontrou ao ser empossado para que eles e seus correligionários pudessem se conservar nas mais altaneiras posições políticas, sociais e econômicas adquiridas. É com este sentido, de defesa de uma ordenação política que particularmente os beneficiasse e àqueles que viam como seus iguais, que os jacobinos são definidos neste trabalho como exclusivistas. Evidentemente, a acepção de intransigente ou de intolerante para exclusivista também se aplica aos jacobinos. O ato extremo de Deocleciano Martyr de liderar a conspiração do atentado a Prudente não deixa de ser uma evidência empírica da intransigência e da intolerância em relação à orientação governamental conciliatória de Prudente, e que acabou deslegitimando a própria oposição jacobina ao desviá-la do terreno da legalidade. Todavia, é com o sentido de apresentação de defesas particularistas, como se esclareceu na análise de seus interesses corporativos, que será abordado o exclusivismo dos jacobinos.

As qualificações dos jacobinos como exclusivistas e continuístas, empreendidas analiticamente sobretudo pela defesa dos interesses corporativos que manifestaram no primeiro momento de oposição e do medo da mudança manifesto em seu

segundo momento de oposição, permitem caracterizá-los de modo diferente ao de alguns trabalhos historiográficos da década de 1980. Estas duas qualificações serão mais especificamente esclarecidas ao serem identificadas as propostas dos jacobinos para a jovem República, permitindo, assim, o prosseguimento da discussão historiográfica.

Antes de se falar em suas propostas para a República – que surgiram na prática, ao longo de suas lutas, nas experiências políticas vivenciadas – é importante destacar qual o modelo de República adotado como referente. O modelo republicano tomado como ponto de referência era a própria República brasileira tal como disposta durante o exercício presidencial de Floriano Peixoto. Era a república florianista, ou melhor, uma ordenação republicana militarista amplamente municida, com civis que consignavam o seu apoio ao governo bem colocados na burocracia pública ou ocupantes de cargos administrativos de relevo, com o Exército com um efetivo inchado cujos membros usufruíam vantagens extraordinárias e com numerosos e bem paramentados batalhões patrióticos.

Se Prudente de Moraes tivesse mantido este dispendioso estado de sobreaviso diante de uma vislumbrada iminente sedição contra a República os jacobinos continuariam como elementos beneficiados, tal como seus correligionários, pelo governo da situação e não lhe fariam oposição. O que os jacobinos mais esperavam, independentemente do chefe do Executivo ser um militar ou um civil, era a manutenção desta ordenação militarista e beligerante, ou de modo mais sucinto, a conservação da situação tal como legada pelo Marechal Floriano. Como destacado, os ‘Tiradentes’ nunca chegaram a defender a implantação de uma ditadura e tampouco a de uma ditadura militar, ao passo que Martyr e seus sequazes assim o passaram a fazer somente no final de 1896. Ainda assim, a defesa da supressão do Congresso era mais retórica do real, tanto que Martyr nestas mesmas circunstâncias se candidatou novamente em vão a um cargo para intendente municipal. Decerto, os dois grupos de jacobinos desde o início de suas atividades jornalísticas defenderam a vigência de um Poder Executivo forte, que possuísse ampla margem de independência em relação ao Legislativo, para que as punições aos “subversivos da República” fossem mais árduas e as benevolências prosseguissem continuamente generosas aos “salvadores” da República e “defensores” da Pátria, a guarda avançada do país como definiam a si, voluntários patriotas, e os militares de terra e mar republicanos.

Financeiramente, esta proposta de encaminhamento republicano seria inviável no médio senão mesmo no curto prazo. Uma das metas do governo de Prudente era a diminuição das despesas públicas, inclusive militares, para abrandar a sobrecarga causada ao erário pelo custeio deste estado beligerante e de sobreaviso que recebeu como legado do governo de Floriano. O corte de custos foi uma das motivações governamentais para, entre outras deliberações, a iniciativa de pacificação do Sul do país, a gradual redução dos efetivos do Exército e o licenciamento e subsequente dissolução de muitos batalhões patrióticos, principalmente daqueles cujas guarnições haviam permanecido na Capital.

Na esfera das relações entre Executivo e Legislativo, esta proposta também acabaria sendo inexecutável. Já se atentou que mesmo com seu estilo moderado e conciliador, Prudente de Moraes governou a maior parte de seu mandato com um Legislativo, principalmente a Câmara dos deputados, bastante insubmisso, tendo se transformado alguns parlamentares do P.R.F. em um dos focos de oposição ao seu governo, obstruindo e postergando a aprovação de projetos que o presidente julgava importantes e impreteríveis. A almejada harmonia entre Executivo e Legislativo durou de fato poucos meses. O grande número de atribuições que a Constituição de 1891 concedeu ao Legislativo já seria um impedimento legal a um chefe do Executivo todo poderoso e enérgico, como os jacobinos julgavam que Prudente deveria ser, pois assim Floriano teria se esforçado em agir, sugerindo leis e aprovando decretos por força de sua persuasão.²³⁶ Ademais dos fatores endógenos ao seu governo, como o fato de ter sido eleito por um partido com bases discrepantes e com componentes que se enfrentavam pelo aumento de influências políticas próprias, as condições históricas específicas em que ocorreu o seu governo inviabilizavam a Prudente a possibilidade, mesmo que o pretendesse, de ser um seguidor do tracejo político legado pelo Marechal Floriano. Já se explanou no segundo capítulo sobre os fatores endógenos ao governo e as peculiaridades circunstanciais que conferiram a Floriano um poder excepcional, possibilitando que mesmo as suas medidas consideradas as mais abusivas possíveis fossem aprovadas sem muitos percalços.

²³⁶ R. Lessa bem atenta ao “amplo leque de prerrogativas” com o qual o Poder Legislativo passou a contar a partir de 1891. O autor elucida também que “a ênfase dos analistas sobre a opção presidencialista, assumida em 1891, por vezes oblitera o papel concedido ao Poder Legislativo: suas 35 atribuições praticamente esgotam as possibilidades de intervenção de um poder constitucional sobre a totalidade do arranjo institucional”, ‘A invenção da República...’, *op. cit.*, pp. 29-30.

No que se refere à intervenção federal nos Estados da União, a proposta dos jacobinos também encontraria pouca possibilidade de aplicação. A Constituição de 1891 garantia o direito de intervenção em certos casos, mas nunca seria possível que ocorresse por qualquer razão que o chefe do Executivo a julgasse necessária e tampouco sob a forma de ocupação indiscriminada das forças do Exército e dos batalhões patrióticos. O próprio direcionamento apaziguador e pacificador que Prudente impingiu desde o início ao seu governo tinha como um de seus objetivos extirpar o espectro coercitivo do regime militarista de Floriano, que desde cedo foi acusado de ter levado a estilo governamental uma política baseada no uso exclusiva da força, haja vista a rapidez com que depôs os governadores dos Estados, à exceção de Lauro Sodré, do Pará, que não havia apoiado o aludido “golpe de Estado” de Deodoro da Fonseca. Se o próprio general Francisco Glycerio teve que se entender com os governadores dos Estados para garantir a eleição de Prudente, ainda mais disposto a negociar a sua própria autoridade com os líderes políticos regionais colocou-se desde logo o presidente eleito. Ao governo de Prudente, tendo por escopo a solidificação da ordem civil inclusive para a sua permanência estável no cargo e a possibilidade de eleger o seu sucessor, o apoio das elites regionais ao governo federal se fazia necessário. Um chefe de Executivo que fizesse intervenções constantes e enviasse forças militares aos Estados, substituindo ou depondo os líderes regionais, não teria a solidez no poder tão esperada para a nova presidência. A uma política de coerção em relação aos políticos e poderosos regionais, Prudente de Moraes preferiu orientar-se por uma política de conciliação e composição de negociações.

Entre outros motivos, estes bastam para considerar que a sugestão dos jacobinos de prosseguimento de um direcionamento republicano militarista, beligerante, com despesas elevadas para o custeio de um estado de alerta permanente, com um chefe do Executivo autoritário e intervencionista, nestas circunstâncias seria pouco exequível. Isto não implica em concluir que os jacobinos estivessem fora da realidade ou que fossem incoerentes politicamente. Ao contrário, eles defendiam a persistência da situação militarista e beligerante deixada por Floriano a Prudente porque lhes interessava a manutenção do *status quo* e a conservação de suas próprias posições alcançadas.

Não se pode, portanto, concluir sobre o seu posicionamento e idéias políticas, como o faz Suely de Queiroz, que os jacobinos tenham errado o alvo, que tivessem

permanecido míopes em relação aos seus ‘verdadeiros’ inimigos e que jamais tenham alcançado consciência política compatível com a sua posição na sociedade. Tampouco se pode reduzir as suas idéias e propostas à “ideologia da classe dominante” que a todos os grupos e segmentos supostamente abarcaria.

Uma parte do edifício explicativo e interpretativo construído por Queiroz, cujo trabalho se constituiu certamente na mais detalhada explanação sobre o jacobinismo, desmorona aos olhos do leitor no momento em que ele se depara com a noção de “consciência de classe agrária” que, “em decorrência de sua hegemonia”, “perpassa a das demais, influenciando-lhes a compreensão do real”.²³⁷

Os componentes dos diversos grupos sociais, ou “classes” para usar a expressão da autora, são apresentados como em movimento de gravitação “no mesmo universo ideológico da classe dominante”, do qual, portanto, não haveria escapatória. A pesquisadora utiliza em seu estudo a expressão “camadas médias urbanas”, até mesmo para contemplar a heterogeneidade e diversidade da composição social do jacobinismo, mas ainda assim insiste em realçar a “dependência ideológica” destes variados elementos em relação à “ideologia agrária dominante”. Para a autora, a “impossibilidade de o grupo jacobino romper com a ideologia da classe rural e viabilizar um projeto político alternativo àquele por ela desenvolvido” foi uma das causas do fracasso do jacobinismo.²³⁸

Segundo Queiroz, como era “baixo o estágio cultural, baixo o grau de consciência social” e até mesmo “os industriais vincularam-se ideologicamente à classe agrária, muito mais depressa o fariam as camadas médias urbanas, tradicionalmente dependentes desta, inexpressivas naquele momento, historicamente assimiladoras do projeto da classe dominante. As reivindicações dos jacobinos refletem essa sujeição”. Então, para estes agentes não haveria salvação, pois uma tal ideologia lhes ditava as compreensões da realidade, constituindo-se, pois, estes militantes em apenas mais uns elementos de manifestação da ideologia dos cafeicultores.

E os militares – com os quais os jacobinos se vinculavam, esmerando-se na propagação dos valores castrenses e na defesa de suas causas – como ficariam neste ambiente de submissão e fado ideológicos? Segundo Queiroz, a situação deles era ainda

²³⁷ Queiroz, *op. cit.*, p. 272.

²³⁸ *Ibid.*, pp. 265-266.

mais dependente, pois como o militar “não tem parte direta na estrutura de produção” é-lhe “menos fácil chegar à consciência de classe que um burguês ou operário”.²³⁹

Queiroz conclui a sua pesquisa de longo fôlego com a afirmação de que as diversas motivações jacobinas “não conseguem romper os limites da consciência real” pois “nem o atentado de 5 de novembro significou a tentativa de romper uma determinação ideológica”. A autora defende que somente a partir da compreensão de que “a fração cafeeira e Prudente eram os representantes do sistema agro-exportador responsável por seus males” os jacobinos conseguiriam “chegar à consciência possível”.²⁴⁰ Ao elegerem os monarquistas e portugueses como seus inimigos, seus “antagonistas aparentes”, como Queiroz afirma, os jacobinos acabaram não lutando contra os seus “oponentes reais”, os “paulistas”.²⁴¹ Como é evidente, nem todos os paulistas eram cafeicultores ou se dispunham a defender os interesses destes. Entende-se, todavia, a utilização generalizante e imprecisa do termo “paulistas” durante a época em que a autora efetuou o seu trabalho, como sinônimo de cafeicultores exportadores, de modo similar ao que June Hahner emprega.²⁴²

Por outro lado, de fato os jacobinos não anteviram, como também outros agentes e grupos sociais de sua época, o escalonar de poderio desta fração econômica, que ao alcançar e se solidificar no poder político tenderia a inflacionar a sua força e influência econômicas.²⁴³ Assim, cabe perguntar: e qual grupo político expressava esta clarividência?

²³⁹ *Ibid.*, pp. 268-270.

²⁴⁰ *Ibid.*, pp. 270-273. As categorias analíticas de “consciência real” e “consciência possível” foram retiradas de Lucien Goldmann, em *Ciências humanas e filosofia*, um dos referenciais teóricos de Queiroz, conforme ela mesma anuncia na introdução. Segundo Queiroz, a “consciência real resulta de múltiplos obstáculos e desvios que os diferentes fatores da realidade empírica impõem e infligem à classe social”, ao passo que a “consciência possível constituiu uma visão psicologicamente coerente do mundo que pode exprimir-se no plano religioso, filosófico, literário ou artístico”, pp. 15-16. Os jacobinos, de acordo com Queiroz, como não alcançaram a segunda, teriam mantido uma visão psicologicamente incoerente do mundo. Na conclusão, a estudiosa oferece outra definição da “consciência real”: “Resultando esta dos desvios e limitações impostos pelas ações de outros grupos sociais, caracteriza-se, pois, por uma visão permeada da consciência que esses grupos têm da realidade”, p. 271.

²⁴¹ *Ibid.*, pp. 256-261 e p. 272. Não cabe discutir sobre a interpretação restritiva da autora, mas já se mostrou que havia outros agentes e grupos que os jacobinos viam como seus oponentes: como os civilistas, tanto civis como militares; os parlamentares mais afeitos ao “bacharelismo”; os próprios bacharéis bem posicionados na esfera administrativa ou nos cargos públicos; os antiflorianistas em geral; os líderes do que chamavam “imprensa do suborno” e os agentes da “polícia paga” da Capital.

²⁴² Neste caso, no trabalho de Hahner, *Relações entre militares e civis...*, *passim*. F. McCann alerta sobre a ausência de clareza do uso do termo “Paulistas” como sinônimo de cafeicultores exportadores. *Civilian-Military Relations in Brazil: 1889-1898* by June Hahner; Review Author: Frank McCann; *The Historical Review*, p. 1244.

²⁴³ Por dilatar a temporalidade de duração do jacobinismo e da atuação política dos jacobinos, N. Sevcenko defende que os jacobinos manifestaram uma “hostilidade ilimitada contra a hegemonia paulista”. Para o autor,

Da parte do intelectual, exigir que os atores da época estudada tenham a mesma capacidade de compreensão que o analista pode construir a partir da visão processual do ponto histórico em que se encontra é um procedimento analítico bastante teleológico.

Portanto, Suely de Queiroz termina por reduzir os “peões deste intrincado jogo de xadrez”, por ela analisados, a meros reflexos da ideologia agro-exportadora dominante, assim como a todos os outros segmentos e grupos sociais, ou “classes”, historicamente limitados a serem meras manifestações indiretas da “ideologia dominante”.

No presente trabalho os jacobinos são apresentados, além de ‘continuístas’, como ‘exclusivistas’, uma vez que na ordem republicana por eles defendida aqueles que detivessem o manuseio das armas e apoiassem o delineamento administrativo militarista seriam os principais beneficiados. Queiroz acertou ao apontar o sectarismo como uma das características distintivas dos jacobinos ao lado da defesa dos valores castrenses, ainda que estes milicianos cívicos não pertencessem a uma força armada permanente. Justamente a defesa de uma ordem não apenas militarista como também militarizada e beligerante era a principal defesa dos jacobinos, tal como havia sido o governo de Floriano, mormente após a eclosão da revolução federalista e mais ainda após a conflagração da revolta da Armada.

A desmontagem da estrutura militarista não se fez depressa e nem o poderia ou a tensão gerada pelos jacobinos e militares ao primeiro governo civil seria ainda maior. De qualquer modo, foi feita e esta relativa delonga desagradou a alguns, como aos monarquistas, que se transformaram em outro foco de oposição ao presidente civil de quem

“segundo os jacobinos, a ‘República dos Conselheiros’ marcaria a ascensão de um nexos social que reuniria os adesistas de última hora (os ‘chapéus moles’), os monarquistas, os revoltosos de 1893, os estrangeiros em geral e os portugueses em particular, mais os argentários e escroques beneficiados com as fraudes do Encilhamento”, *op. cit.*, p. 64. O autor não cita referências, mas logo depois ao se reportar a uma citação de Tobias Monteiro – redator do *Jornal do Commercio* e futuro secretário particular de Campos Salles – supostamente sobre os jacobinos, Sevcenko em nota faz remissões a diversas matérias de variadas colunas do *Jornal do Commercio* de 1896 e 1897. O jornal dirigido por José Carlos Rodrigues era um dos principais alvos de ataques jornalísticos dos jacobinos, cujos redatores reciprocamente não faziam por menos em denegrir os “intolerantes” e “intransigentes”. Em suas confrontações político-discursivas, os jornalistas, como atores históricos que eram, tendiam a tecer generalizações sobre os indivíduos que buscavam fustigar. Do mesmo modo que Martyr retratava os portugueses como se fossem todos restauradores, os jornalistas civilistas tendiam a ver os opositoristas ao governo Prudente, principalmente os florianistas, e logo depois os oponentes da ordem oligárquica, como ‘jacobinos’, até como uma forma de depreciar os adversários, tendo em vista as cargas pejorativas conferidas ao apodo na época. No capítulo anterior mencionou-se a ampliação da flexibilidade do uso pragmático do qualificativo “jacobino” durante os anos de 1896 e 1897, atirado sobre indivíduos bastante divergentes e em casos raros até mesmo a monarquistas, evidentemente com a acepção de radical e intolerante. June Hahner – apoiada em correspondência de Prudente de Moraes a Bernardino de Campos de 10 de janeiro de 1896 – explica que o próprio presidente passou a considerar todos os seus inimigos e todos os apoiadores da política de Floriano como “jacobinos”, *Jacobinos versus Galegos...*, p. 141.

havia esperado o extermínio imediato dos resquícios da “ditadura militar” de Floriano. Estes últimos, de certa forma, também não deixavam de ser exclusivistas, apesar de terem se tornado menos elitistas, principalmente como forma de captação de adesão, no período do fortalecimento inédito de sua propaganda e ativismo durante o governo de Prudente.

Apesar da heterogeneidade social dos indivíduos que se denominavam ou eram apodados como jacobinos, como o demonstra a própria composição dos batalhões patrióticos a que se incorporaram e das associações políticas de que faziam parte, grande parte dos jacobinos, e principalmente daqueles que tomaram a imprensa como *locus* de defesa de propostas e as ruas como cenário de exposição de idéias, era composta de elementos que até então se encontravam à margem da estrutura de poder tradicional. Até o governo de Floriano, estes indivíduos estavam alijados do ordenamento político, o que não significa dizer que eram economicamente desfavorecidos, ainda que alguns deles realmente o fossem. Como republicanos históricos e como os que haviam espontaneamente lutado contra o que viam como a mais séria ameaça contra a República ocorrida até então, a revolta da Armada, estes indivíduos julgaram haver chegado o momento de serem recompensados e reconhecidos pelo centro decisório do poder e pela própria sociedade. Ao menos pelo governo de Floriano, ao lado do qual combateram, os jacobinos foram recompensados e reconhecidos, como demonstrado.

Os jacobinos emergiram no cenário político, econômico e social de sua época como elementos defensores do governo da situação. Ao se alistarem nos batalhões evidentemente já manifestavam a sua postura legalista e defensora do governante no poder, mas esta foi reforçada ao se verem pela primeira beneficiados e favorecidos pelo centro do poder. Um traço *sui generis* dos jacobinos brasileiros, ao menos destes da Capital, é que eles alcançaram proeminência como elementos governistas e não opositoristas. Estes militantes tornaram-se da oposição quando eles e os seus correligionários, durante o governo seguinte ao do Marechal Floriano, começaram a ser destituídos das posições conquistadas. Ao se verem apeados e aqueles que viam como seus iguais – como os militares, principalmente do Exército, e os florianistas beneficiados com cargos burocráticos, independentemente de terem sido ou não membros dos batalhões patrióticos – sendo preteridos pelo primeiro governo civil, os jacobinos colocaram-se em oposição a este, ecoando autoritariamente as queixas daqueles que julgavam seus co-partidários.

O exclusivismo na defesa de propostas vinculava-se à defesa de uma ordem militarista, embora o chefe do Executivo e seus acólitos administradores mais próximos pudessem ser civis desde que mantivessem os militares e os milicianos cívicos especialmente beneficiados. À primeira vista parece estranho ou uma prova de ingenuidade dos jacobinos esperarem que sob a presidência civil pudesse ser mantida a mesma orientação militarista e armamentista do Marechal Floriano. De certo modo, se os jacobinos tivessem atentado às expectativas inversas, ou seja, de que logo que Prudente ascendesse e a primeira presidência civil fosse iniciada este ordenamento diretivo e administrativo seria desmoronado e as bases de apoio desta “política de força” seriam alijadas, certamente teriam repensado sobre a plausibilidade de Prudente ser o herdeiro político de Floriano.

As linhas divisórias entre alguns civis e alguns militares, e conseqüentemente dos meios a serem utilizados para a exequibilidade de seus interesses e propostas, eram mais tênues durante estes anos iniciais da República do que à primeira vista parecem. Não se pode esquecer que a República havia sido instalada por um movimento no qual – independentemente de ter sido uma revolução, um golpe de Estado ou um simples levante como inicialmente pensaram alguns monarquistas – os militares ocuparam o proscênio da cena de deposição do regime monárquico. Em adição, as duas primeiras presidências foram militares, o que não significou, como jamais o poderia, o completo preterimento dos civis nas altas esferas administrativas. A própria apresentação da candidatura de Prudente foi uma conseqüência já esperada do apoio material e militar concedido ao governo de Floriano, no combate à revolta da Armada, pelos ‘paulistas’ – entenda-se o P.R.P. sob a liderança de Bernardino de Campos, então governador de São Paulo. Quando começaram as conversas nos bastidores para a criação de um partido moderado e constitucionalista, na verdade congressual como acabou se constituindo de fato o P.R.F., o presidente Floriano Peixoto foi um dos primeiros a serem consultados, não se opondo a este evidentemente em virtude da liderança assumida na sua organização pela bancada paulista. Floriano e altos militares estiveram entre os primeiros a tomarem conhecimento da idéia de lançar o então senador Prudente de Moraes como candidato à sucessão presidencial. Assim, ao iniciar-se o governo de Prudente e tendo em vista o objetivo de eleger o seu sucessor para que a ordem civil fosse sedimentada, a alta cúpula dos civis não quis, como também assim não o poderia, prescindir das alianças com os militares.

Bastam estas referências empíricas para atestar que nem sempre civis e militares colocavam-se como adversários mútuos e, ao contrário, poderiam ficar do mesmo lado do tabuleiro na disputa pelo poder durante uma contextura que tinha como pano de fundo a própria consolidação da forma de governo republicana. Como Frank McCann alerta, resenhando criticamente o trabalho de June Hahner sobre as relações entre civis e militares de 1889 a 1898, as linhas divisórias entre civis e militares durante o período não estavam perfeitamente delimitadas, tanto assim que os dois grupos se juntaram em uma série mutável de alianças estabelecidas por conveniência.²⁴⁴

De fato, nem sempre os civis e militares estavam se digladiando mutuamente, até mesmo porque acordos tácitos eram estabelecidos ocasional e provisoriamente. Os membros da alta oficialidade das forças armadas poderiam servir como um trunfo nas disputas pela dominância do poder nos Estados pelas oligarquias civis. Do lado dos militares também, pois a própria escolha deste ou daquele oficial para a alta administração militar dependia bastante de suas relações cordiais com os ‘figurões’ políticos da ocasião, por vezes até de modo mais decisivo do que os seus desempenhos profissionais no interior das corporações a que pertenciam. As próprias divergências existentes entre integrantes da Marinha e do Exército e no interior das duas corporações, inclusive entre militares civilistas e militares militaristas, eram aproveitadas pelos grupos civis. A tessitura de pactos e acordos com os civis por vezes granjeava prestígio a altos oficiais no interior das guarnições ou até mesmo da própria corporação, embora o inverso, isto é, o ressentimento dos despeitados também tivesse ocorrência. A lista de indivíduos indiciados como responsáveis pelo atentado a Prudente é um exemplo sintomático, e neste caso de conivência para uma ação criminosa, de que variados elementos e de diversos estratos

²⁴⁴ F. McCann, *loc. cit.* O autor da resenha na verdade inverte a argumentação de Hahner em seu trabalho sobre as relações entre civis e militares. Segundo a historiadora, os ‘Paulistas’ [cafeicultores exportadores] opuseram-se à ordem militar porque esta teria levado o ‘facciosismo’ às forças armadas, causando disputas entre os oficiais. Os ‘Paulistas’ perceberam então que a ordem militar não traria estabilidade, unidade ou consenso de propósitos e assim tiveram a idéia de criar um sistema político que neutralizasse a instituição militar. Inversamente, McCann argumenta que os civis pouco encorajaram os militares em direção a uma instância apolítica. Ao contrário, eles constantemente encontravam aliados entre os oficiais para esposar várias causas. Para o autor, mesmo após 1898 políticos civis continuaram a trazer facções militares para a política sempre que estas pudessem compartilhar suas demandas.

sociais uniam-se quando tinham um objetivo comum. Neste caso, é latente a união nos atos conspiratórios entre oficiais do Exército, congressistas e jacobinos.²⁴⁵

Por meio das composições destas alianças, acordos e pactos entre atores históricos aparentemente com propostas divergentes, mas cujos interesses *ad hoc* por vezes se confluíam, entende-se também o exclusivismo dos jacobinos que, no entanto, abarcava as defesas dos interesses dos funcionários públicos florianistas destituídos de seus postos e dos militares em geral, embora principalmente dos membros do Exército.

O perfilhamento das causas dos florianistas era coerente com o auto-julgamento que os jacobinos faziam de si como os florianistas perfeitos. O compartilhamento das conveniências aos militares em geral era um modo de legitimar os seus próprios interesses corporativos. Como os jacobinos argumentavam que a República ainda corria perigo diante de ameaças restauradoras, evidentemente preconizar a imprescindibilidade da manutenção dos batalhões patrióticos teria que ter como complemento a defesa do aumento dos efetivos do Exército e de provisão de seu armamento. As trocas de idéias e manutenção de contatos com os militares de terra e a ressonância das queixas dos marinheiros que reclamavam da organização interna de suas guarnições constituíam uma forma de aproximação dos batalhões patrióticos em relação às forças militares regulares, uma vez que a estas milícias cívicas faltavam o peso da tradição e a condição de corpos permanentes. Dificilmente os jacobinos poderiam deixar de ser imbuídos de valores castrenses, pois além da experiência de combate ao lado dos militares de terra, eram submetidos a exercícios físicos e instruções militares ministradas por oficiais do Exército, além dos contatos mantidos com alguns dos alunos da Escola Militar.

Sendo assim, o exclusivismo que caracterizava os jacobinos não pode ser desvinculado dos valores militares que os embasavam e da necessidade, inclusive estratégica, de advogarem a defesa dos interesses dos militares como um todo.

²⁴⁵ Segundo S. de Queiroz, foram responsabilizados judicialmente, conforme relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como participantes na conspiração do atentado a Prudente de Moraes: anseçada Marcellino Bispo de Mello, Deocleciano Martyr, José Rodrigues Cabral Noya, capitães Manoel Francisco Moreira, Servílio José Gonçalves, Marcos Curius Mariano de Campos, Umbelino Pacheco, capitão-tenente Rodolfo Lopes da Cruz, major Jerônimo Teixeira França, tenente-coronel Antônio Evaristo da Rocha, José de Souza Velloso, Fortunato de Campos Medeiros, Joaquim Augusto Freire, Dr. Manuel Victorino Pereira, senador João Cordeiro, deputados general Francisco Glycerio, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Irineu Machado, Torquato Moreira e Alcindo Guanabara. Segundo a autora, houve ainda outros implicados, aparentemente não processados: major Tomás Cavalcanti de Albuquerque, Frederico José de Sant'Anna Nery (barão desse nome) e José de Albuquerque Maranhão. Queiroz, *op. cit.*, p. 63.

Cabe a indagação reflexiva sobre os militares: teriam aderido minimamente às idéias e propostas dos jacobinos ou ao menos dado algum respaldo aos seus intentos políticos? O êxito na captação de apoio de altos oficiais, sendo alguns politicamente conhecidos, por parte dos fundadores do P.R.N. – embora deva ser feita a ressalva de que estes jacobinos ‘Tiradentes não eram vistos como militantes tão agressivos e intolerantes como Martyr e seus sequazes – indica que houve adesão relativa a algumas de suas propostas. Por outro lado, o número de ilustres militares coniventes que Martyr agregou em torno da conspiração para assassinar Prudente de Moraes atesta que este imaleável jacobino encontrou arrimo por parte de militares, tanto da Marinha como do Exército, e de outros agentes sociais pública e politicamente importantes.

Entre os militares, principalmente os do Exército, encontravam-se elementos simpáticos às propostas jacobinas e no caso dos praças e alunos da Escola Militar um núcleo não compacto de adesão às idéias jacobinas, até porque estas às vezes eram em essência apropriações e adaptações criativas, para circunstâncias e casos específicos, de valores corporativos e princípios positivistas dos quais os jacobinos tomaram nota através dos contatos com estes alunos acadêmicos militares.

Em alguns dos *meetings* e manifestações públicas de idéias políticas podiam ser vistos, lado a lado, voluntários e ex-incorporados dos batalhões patrióticos, alunos da Escola Polytechnica, alunos da Escola Militar e alguns oficiais do Exército. Estes militantes tinham em comum a experiência anterior de combate aos insurretos da Armada em trincheiras comuns ou próximas. Com o fim das atividades beligerantes, foram mantidos contatos políticos e de amizade pessoal entre alguns destes indivíduos. Já se apontou que mesmo após o término da publicação de *O Jacobino* a sala de redação deste jornal continuou servindo como ponto de encontro para militares da força de terra. Deocleciano Martyr tinha trânsito relativamente livre em alguns regimentos do Exército e mantinha contatos com alguns de seus integrantes bastante ilustres que faziam as orações de cunho florianista, defendendo a intervenção dos militares na esfera política, nas acaloradas sessões do Club Militar. Alunos da Escola Militar colaboravam no jornal de Martyr, porém principalmente em *O Nacional*, em cujas colunas também deixaram as suas contribuições os alunos acadêmicos civis mais politizados. Entre os marinheiros os jacobinos também conseguiram alguns adeptos. No caso dos Tiradentes, o jornal *O Nacional*, a porta aberta às

queixas da baixa oficialidade dos marinheiros, que incluíam a infestação de “sebastianistas” entre os membros da corporação, facilitou a captação de apoio.

Por outro lado, não se deve perder de vista que em muitos casos as manifestações de apoio aos jacobinos, inclusive por parte dos militares, eram esporádicas, episódicas e vinculadas a ocorrências específicas, não sendo, portanto, regulares, constantes e sólidas. A manifestação de apoio, por qualquer forma que ocorresse, não significava adesão contínua, e muito menos consistente, às idéias apresentadas pelos jacobinos. Alguns indivíduos e segmentos sociais tanto civis como militares, mesmo quando também se opunham tenazmente ao governo, empenhavam apoio a grupos políticos diferentes em uma mesma época ou ocasião. Alguns indivíduos faziam parte de mais de um partido político, associavam-se a dois ou mais clubes republicanos, colaboravam em jornais que seguiam “linhas” distintas e pediam a transcrição de suas cartas em vários destes. Esta circularidade e este revezamento de grupos e agremiações políticas a que consignavam o seu apoio não significavam incoerência política ou falta de princípios. Ao contrário, constituíam-se em um exercício político-participativo possibilitado pela própria contextura histórica, não somente da conjuntura de transição entre a presidência militar e a civil como desta primeira década republicana, que experimentou o surgimento de numerosas publicações efêmeras da pequena imprensa, de partidos políticos de pequena monta que desapareciam tão rápido como surgiam e de agremiações políticas de variados matizes que funcionavam em pequenas salas de sobrados muitas vezes mal pagas pelas contribuições associativas.

No caso específico dos militares, o componente militarista do discurso político dos jacobinos agradava a muitos destes, principalmente aos ciosos de se manterem ativos politicamente, como se encontravam quando Prudente de Moraes ascendeu à presidência. O militarismo pregado pelos jacobinos não abria mão da defesa da ocupação de postos políticos por parte dos militares, ainda que não necessariamente a presidência principalmente para os ‘Tiradentes’; da permeação da sociedade pelos valores castrenses; da continuação das concessões e benevolências aos militares e milicianos cívicos de modo exclusivista e do reconhecimento político-social dos méritos destes ‘benfeitores’ que tanto se esforçavam, como assim aspiravam permanecer, no salvamento da República diante dos vislumbrados ataques dos “subversivos sebastianistas”. Entre as propostas dos jacobinos para as forças armadas algumas eram bem sonoras à boa parte de seus membros, e não

apenas aos militares militaristas como também aos corporativistas, como a defesa do contínuo aumento dos efetivos das forças regulares e a destinação de uma parcela cada vez maior do orçamento federal para as despesas militares.

O desmoronamento paulatino da situação armamentista criada por Floriano, levada a efeito pelo governo civilista de Prudente de Moraes desde o início em razão de sua orientação conciliatória, desagradava não somente aos jacobinos, que acusavam o governo de diminuir ônus ao erário às custas dos militares e voluntários patriotas, como também a muitos militares. Um discurso que viesse ao encontro de suas demandas de conservação das posições de relevo em que se encontravam não deixava de ser bem-vindo para muitos destes militares. Não apenas pelas vias oficiais o civilismo de Prudente fazia cambalear este excesso de militarização, pois era preciso ofuscar outro legado: o envolvimento autoritário e a ingerência dos militares na política e nos assuntos estritamente administrativos. Alguns estudiosos mencionam práticas inauguradas pelo novo governo com o fito de abrandar a interferência impertinente dos militares na política, como as promoções aos oficiais que se retraíam da política e as sutis punições aos que permaneciam nela envolvidos, como o rebaixamento de posto e a transferência para guarnições longínquas.²⁴⁶ A estas formas de contenção da interferência dos militares e dissuasão de seu ativismo político não somente os jacobinos protestaram a favor dos militares como também alguns parlamentares.²⁴⁷

As queixas dos jacobinos contra o recuo militar no governo, os impedimentos de sua livre atuação política, a diminuição dos efetivos do Exército e dos gastos orçamentários com as forças armadas e, evidentemente, a hostilidade à liberdade concedida aos jornais de cunho civilista que atacavam o Exército como um todo e faziam ofensas

²⁴⁶ E. Campos, *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, p. 70 et. seq.; S. de Queiroz, *op. cit.*, p. 99; R. Lessa, 'A invenção da República no Brasil...', *op. cit.*, pp. 35-36.

²⁴⁷ Em discurso da sessão parlamentar de 28 de junho de 1897, o deputado Amorim Figueira protestou nestes termos: "Não se pode ser presidente de Clubes de Militares em Estado algum, porque imediatamente o oficial que assume este cargo é transferido e S. Ex. não se tem limitado a fazer transferências isoladas, já tem feito transferências em massa, já tem mandado paradas de batalhões de um lugar para outro sem que haja necessidade disto". *Apud* Queiroz, *op. cit.*, p. 99. Em relação a estas transferências de oficiais, os jacobinos, principalmente Martyr e seus sequazes, denunciaram que as mudanças das paradas militares assolavam sobretudo as guarnições do Rio Grande do Sul, de fato um Estado densamente militarizado e conhecido por seus focos de oposição, como os florianistas e os castilhistas. Durante o governo do Marechal Floriano Peixoto a situação havia sido bem diversa. Conforme o relato de Silveira Peixoto, "muitas promoções, demissões e reformas, tanto no Exército como na Marinha, obedeceram, unicamente, ao critério de maior ou menor exaltação jacobina dos promovidos, demitidos e reformados. Houve uma agravante em referência aos militares: os adiantamentos de soldo. É imenso o número de oficiais de todas as patentes contemplados com esses adiantamentos, alguns bem avultados". *Apud* Queiroz, *op. cit.*, p. 240.

peçoais a seus oficiais beneficiados pelo ordenamento político anterior, acabaram captando as simpatias de oficiais a algumas de suas propostas. Em razão do exclusivismo favorável aos militares e aos milicianos cívicos, esta solidariedade já era de certo modo esperada e intencionada por estes propagandistas jacobinos, até mesmo como um modo de fortalecer e justificar as suas demandas vinculadas aos seus próprios interesses corporativos.

Estes particularismo e exclusivismo na defesa de suas idéias e propostas, que evidentemente acabavam afunilando a plêiade de indivíduos vistos pelos jacobinos como dignos de reconhecimento, recompensas e benevolências por parte da jovem República, contrastam com as “tintas populares” que José Murilo de Carvalho diz que pela primeira vez o movimento jacobino atribuiu à República.²⁴⁸ Ademais, esta caracterização destoa do próprio caráter popular e democrático amplamente conferido ao jacobinismo e que, ainda que não venha a ser um caso a ser tratado neste trabalho, é uma retratação relativamente generalizada nos livros escolares de história.

Classificar os jacobinos brasileiros desta conjuntura de transição entre a presidência militar e a civil como elementos que labutavam sobretudo por causas populares e por demandas democráticas é analisá-los tomando como referência o jacobinismo francês, se bem que neste também nem todos os ativistas tivessem sido populares ou democráticos.

Alguns jacobinos, como o mineiro Annibal Mascarenhas e o gaúcho Deocleciano Martyr, como esclarecido anteriormente, argumentavam que por serem de origem humilde, não possuírem um título acadêmico e estarem em outras desvantagens em relação aos bacharéis, tinham conhecimento experimental das agruras do povo, legitimando assim a sua posição de *vox populi*. Falar em nome do povo ou da maioria, não obstante, era uma estratégia retórica efetuada por boa parte dos jornalistas da época e dos atores que se

²⁴⁸ J. M. de Carvalho, afirma que “Sua resistência [de Floriano] às revoltas inspirou o jacobinismo republicano do Rio de Janeiro, movimento que pela primeira vez deu à República tintas populares”, *A formação das Almas...*, p. 56. Poder-se-ia supor que o tão prolapado caráter popular do movimento jacobino, do florianismo e dos temas correlatos instigasse aos estudiosos as investigações percucientes sobre os mesmos. Mas não, em alguns casos os pesquisadores preferem prosseguir com as afirmações carregadas de juízos de valor ‘apriorísticos’. R. Lessa, por exemplo, assim se refere ao culto a Floriano: “Sem dúvida Floriano Peixoto foi ardorosamente cultuado pelos jacobinos militantes, como também por grande parte da população bestializada da capital da República”, ‘A invenção da República...’, *op. cit.*, p. 36, nota 66. Deve ser feita a ressalva de que o florianismo não foi objeto específico de estudo do autor. Para uma explicação sistematizada do florianismo e das medidas do governo de Floriano à época consideradas populares, com uma interessante contraposição às visões dos opositores deste governo, como os deodoristas, os federalistas e os monarquistas, S. de Queiroz, *op. cit.*, pp. 128-154. Sobre o culto a Floriano, a dissertação inteira de L. A. Simas, uma vez que o tema a perpassa, é bastante útil e relevante.

envolviam nas contendas políticas em geral. Este recurso político-discursivo conferia-lhes um ‘capital simbólico’ aglutinador nesta época de amplas expectativas e profusas demandas, o que parcialmente legitimava as suas idéias e propostas, tendo em vista que estas não eram apresentadas tendo por finalidade o benefício exclusivo de um grupo ou segmento social.

No caso dos jacobinos, além desta legitimadora ressonância condensadora conferida por um discurso político feito em nome do “povo” e dos “interesses nacionais”, havia a busca de uma base de apoio. Os jacobinos sabiam que estavam em posição cada mais vez desfavorável com a nova ordenação posta em marcha pelo governo civil e talvez também percebessem que, ao excluïrem os estrangeiros e os monarquistas de suas propostas, desprezavam uma parcela significativa da população.

Como Hahner ressalta, nos anos iniciais da República, boa parte da população urbana do Rio de Janeiro tornou-se mais politizada. Alguns indivíduos e grupos que faziam parte de agremiações republicanas, que redigiam nos periódicos e integravam partidos políticos, sendo algumas destas três instâncias participativas com pronunciado conteúdo ideológico, acabavam esposando as demandas dos trabalhadores urbanos. Este foi o caso dos jacobinos, como a pesquisadora esclarece, pois tanto os “setores médios urbanos”, categoria classificatória na qual ela insere os jacobinos, como os trabalhadores encontravam-se fora da estrutura de poder tradicional.

Foi por este motivo, e pela busca de captação de bases de apoio às suas propostas políticas como este trabalho agora acrescenta, que Martyr através de *O Jacobino*, como Hahner originalmente alerta, encampou demandas dos trabalhadores. No caso de Martyr, deve-se sinalizar que lhe foi um pouco mais fácil, do que aos outros jacobinos, obter uma relativa atenção de trabalhadores brasileiros que se mostravam mais sensíveis ao ideário nativista e militarista porque ele mesmo havia sido tipógrafo antes de se tornar jornalista, redator-chefe e fundador de jornais, o que era uma trajetória relativamente comum na pequena imprensa política. Curiosamente, nos seus ‘programas eleitorais’ para intendente municipal este líder jacobino apresentava candidatura independente, sem mencionar o ‘Partido Jacobino’ do qual se julgava fundador ou o Club dos Jacobinos de que era presidente. Hahner inclusive alerta, o que pode de fato ser verificado nestes

‘programas’, que os seus apelos eleitoreiros dirigiam-se ao “operariado nacional”.²⁴⁹ Estes pedidos de voto pouco se destinavam aos jacobinos e demais militaristas porque recorrer a estes grupos com o qual congregava e que dizia serem os seus correligionários e colegas implicava em assumir as propostas divisionistas, sectaristas e exclusivistas que defendia.

No jornal fundado e dirigido pelo centralizador Deocleciano Martyr encontram-se mais artigos redigidos diretamente ao “povo” e à “classe operária” do que no jornal dos ‘Tiradentes’. As denúncias das agruras econômicas, como a carestia dos gêneros de primeira necessidade, que o redator advertia que assolavam sobretudo às “classes laboriosas” também foram mais recorrentes em *O Jacobino*.

Não obstante, a busca de apoio do “operariado nacional” acabou não surtindo os efeitos esperados, como a formação de uma base de apoio sólida às suas idéias. Conforme Hahner assinala, aproximadamente quarenta por cento da força de trabalho na cidade do Rio de Janeiro no início da década de 1890 era composta de estrangeiros ou naturalizados, ou seja, indivíduos pouco suscetíveis aos chamamentos nacionalistas e mais vulneráveis, como a autora sustenta, às conclamações dos socialistas e anarquistas.²⁵⁰

Ao se analisar as propostas que os jacobinos faziam aos congressistas, poucas, como a educação primária obrigatória, podem ser vistas como populares, democráticas ou potencialmente abrangentes à grande parte da população. A demanda de uma lei de nacionalização do comércio a retalho, que se encontrava monopolizado por portugueses, foi constante tanto em *O Nacional* como em *O Jacobino*, mas tinha a sua faceta fracionária. A regulamentação da expulsão de estrangeiros, a exclusão de portugueses naturalizados dos serviços públicos, defendidas apenas no jornal *O Jacobino*, e a revogação da ‘lei de grande naturalização’, propugnada também pelos ‘Tiradentes’ mas somente a partir de 1896, eram bastante segregacionistas.

Já o confisco dos cortiços pertencentes a portugueses, proposto por Martyr e seus sequazes, talvez agradasse à população mais pobre comprimida pelo alto custo mesmo destas moradias insalubres. Por outro lado, o discurso moralizador e purificador da conspiração social, que diziam ter sido instalada no país pelos ex-colonizadores, manifesto através do combate à prostituição, à festa da Penha, aos jogos de sorte e ao

²⁴⁹ J. Hahner, ‘Jacobinos versus Galegos...’, pp. 137-138 *et. seq.*

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 139.

carnaval, potencialmente agradaria não aos populares, mas aos indivíduos mais conservadores e talvez até a alguns religiosos.

Mesmo os artigos intitulados ‘Pelo povo’, que esporadicamente ocupavam as colunas de *O Nacional*, tratavam mais de demonstrar o presumido caráter aristocrático de Prudente e a suposta re-inauguração de uma corte monárquica em torno de si do que clamar por demandas populares. Por outro lado, na irregular seção ‘A pedido’ desta folha, seguindo a prática jornalística de jornais de grande tiragem ou da grande imprensa como a *Gazeta de Notícias*, transcrevia-se as cartas de queixas oriundas principalmente das penas de habitantes de zonas insalubres da Capital e de indivíduos parcamente remunerados que denunciavam sobretudo as mazelas da pobreza, da carestia e do alto custo dos aluguéis e gêneros alimentícios. Da parte dos redatores deste periódico pode-se atestar uma atitude política de compartilhamento de demandas e reivindicações populares. Trata-se da participação nas reuniões da associação ‘União dos Inquilinos’, em abril de 1896, fundada por iniciativa de alguns membros de clubes republicanos, inclusive bacharéis, e altos militares como o comandante do Batalhão Tiradentes, General Vicente Martins. Em relação ao Partido Republicano Nacional, seria de esperar que defendesse causas vinculadas aos trabalhadores e segmentos mais pobres. Mas assim não o foi, talvez porque, como salientado, desde o início os seus organizadores se preocuparam em captar o apoio de figuras ilustres do cenário político, como deputados, até para que a organização política embrionária pudesse sobreviver e, mais adiante, buscaram o apoio de cidadãos notórios, como os bacharéis, padres e altos oficiais das duas armas, principalmente da Marinha.²⁵¹

²⁵¹ Eis algumas das propostas esboçadas no manifesto do Partido Republicano Nacional: conseguir a abolição da imigração subvencionada; propagar a necessidade da nacionalização gradual do comércio; tornar efetivo o princípio constitucional de nacionalização da navegação de cabotagem; conseguir a revogação da lei de grande naturalização; promover e confirmar a independência da “classe nacional dos funcionários”; regularizar o serviço de Estatística na União e nos Estados; promover a generalização do serviço militar; propugnar pela defesa da República, reclamando os indispensáveis orçamentos das forças de terra e mar; proteger a indústria nacional; desenvolver as oficinas do Estado e criar novos estabelecimentos; regularizar o sistema de associação por sociedades anônimas e defender os interesses do Tesouro. Assinaram primeiramente o manifesto: Martiniano Brandão, Julio da Silveira Lobo, Dr. Carlos Costa, Annibal Mascarenhas e Lindolpho Azevedo. ‘Partido Republicano Nacional: Manifesto’, *O Nacional*, 03/03/1896, n. 146, capa e p. 2. O esforço de captação de ilustres ao partido logo foi correspondido. Em maio o diretório central do P.R.N. já era constituído pelos seguintes membros: Presidente – Almirante Jeronymo Gonçalves; Vice-presidente – Dr. Martiniano Brandão; Major Antonio de Moraes Rego; Julio da Silveira Lobo; Dr. Carlos Antonio de Paula Costa; Padre Dr. José Maria da Trindade; Capitão Servílio José Gonçalves e Annibal Mascarenhas. ‘Partido Republicano Nacional’, *ibid.*, 08/05/1896, n. 166, p. 2.

Como se observa, o cunho popular ou democrático do discurso dos jacobinos era mais superficial ou aparente do que profundo para os seus atores, embora estes estivessem atentos à necessidade de captação de uma ampla base de apoio para as suas propostas além do respaldo entre os militares do Exército e da Marinha. Estes apelos, tanto ao povo como ao operariado, eram episódicos em seus discursos e em certos casos aparecem vinculados a determinados objetivos, como os eleitores de Martyr e o de adesão às causas defendidas pelo P.R.N., ainda que o principal suporte buscado pelos idealizadores deste partido fosse o de ilustres civis e da alta oficialidade militar.

Os “populares” eram objeto de atenção dos jacobinos e seus escritos compareciam em seus jornais, principalmente em *O Nacional*. No entanto, esta era uma presença com objetivo de conformação de uma base de apoio, como forma de legitimar as suas idéias e meio de ofuscar ao menos parcialmente o particularismo embutido em muitas de suas propostas defendidas para a jovem República em processo de transição.

É por razões como estas que June Hahner faz algumas caracterizações originais da atuação dos jacobinos, que só podem ser entendidas se limitadas a esta contextura histórica. A autora atenta que a politização ocorrida nos primeiros anos republicanos, por parte dos indivíduos, segmentos e grupos sociais, ou “classes” conforme sua terminologia, possibilitou mudanças nas formas mais tradicionais de políticas paternalistas e “*attempts at mass politics by would-be demagogues*”, como teria ocorrido no caso dos jacobinos.²⁵²

Tanto esta noção de “política de massas” tentada ou levada a efeito por demagogos quanto a de “política paternalista” atualmente são polêmicas e controversas entre os analistas sociais, ainda que fossem bastante utilizadas e aceitas na época do estudo de Hahner.

Não obstante, a premissa em que a historiadora assenta a sua inferência, de que apesar de não o conseguirem os jacobinos buscavam a adesão dos trabalhadores e elementos populares ao seu ideário político pouco abarcador na realidade dos interesses destes, deve ser levada em conta. A autora argumenta que se não fosse a repressão aos jacobinos após o atentado frustrado a Prudente, que lançou ao descrédito até alguns dos políticos a eles ligados, as tentativas destes militantes de novas relações políticas poderiam

²⁵² J. Hahner, ‘Jacobinos versus Galegos...’, p. 148.

ter ocasionado conseqüências mais profundas aos outros grupos que também lutavam por uma melhor colocação na estrutura de poder.

Ainda assim, como Hahner defende, a atuação dos jacobinos deve ser entendida como uma etapa na história da “manipulação política” e da “exploração do radicalismo urbano no Brasil”. Evidentemente, a noção de manipulação política encobre os interesses daqueles que manifestavam adesão às idéias ou apoio às propostas dos jacobinos. Para os indivíduos pertencentes a setores desfavorecidos ou mesmo alguns trabalhadores e/ou operários brasileiros a repercussão que os jacobinos faziam de suas demandas e queixas, ainda que provisória e estrategicamente, não se mostrava deletéria, inclusive porque os contemporâneos pouco chegavam a associar categorias sociais ou segmentos de trabalhadores específicos a estes “radicais” republicanos vistos como excessivamente perturbadores. As noções de “manipulação” e “exploração” políticas são controvertidas e devem ser evitadas. Entretanto, o eixo de interpretação de Hahner para a aplicação das terminologias explicativas não deixa de ser coerente. Ainda que um ou outro voluntário de batalhão patriótico, independentemente de ser operário ou não, pudesse efetivamente esposar as demandas do operariado, e já se destacou que esta categoria social abrangia diferentes tipos de trabalhadores, os líderes do movimento jacobino, que redigiam regularmente nos jornais, faziam discursos inflamados nos *meetings* e orações de destaque em reuniões de associações republicanas, jacobinas ou não, de fato não compartilhavam pessoalmente destas demandas e queixas dos trabalhadores, utilizando-se destas para seus fins políticos.

Uma outra inferência analítica de June Hahner deve ser explicitada, até mesmo porque com base nas reflexões levantadas serão feitas as últimas considerações deste capítulo. A autora alerta que houve outros motivos, além do que neste trabalho se caracterizou como exclusivismo e continuísmo das propostas dos jacobinos, que eram também favoráveis e beneficiáveis aos militares permanentes, auxiliando, assim, na captação de apoio dos militares às idéias e intuítos dos jacobinos. A pesquisadora defende que outras propostas dos jacobinos mais “extremos”, como ela identifica principalmente Deocleciano Martyr, influíram para a identificação por parte de alguns “círculos militares” com as idéias dos jacobinos. Entre estas propostas, a historiadora confere destaque à defesa de uma sociedade autoritária e fechada e que desdenhasse do parlamentarismo e das

liberdades civis. De acordo com Hahner, tais proposições teriam representado um “radicalism of the right” que recebeu muita simpatia entre alguns grupos de militares.²⁵³

A um primeiro olhar, poderia ser pouco plausível referir-se a jacobinos, associados até mesmo no senso comum à ‘esquerda’, como elementos vinculados à “direita política”. Evidentemente, o olhar poderia variar desde que fosse possível aferir a que definição e exemplos empíricos de “radicalismo de direita” a autora tinha em mente ao qualificar os jacobinos desta maneira.

Antes de avaliar a pertinência da caracterização da autora, o que não se pode é fazer a operação inversa: tomar o caso pioneiro, dos jacobinos franceses, como ponto de partida para a análise dos jacobinos brasileiros.²⁵⁴

²⁵³ *Ibid.*

²⁵⁴ Neste modo de análise, José M. de Carvalho é um dos autores que mais fazem alusões ao caso francês, inclusive de forma jocosa, ao se referir aos jacobinos brasileiros, talvez por falar nos “radicais republicanos” durante o início da República como se fossem os mesmos e com as mesmas idéias políticas em todos os momentos em que estes aparecem nos relatos das testemunhas da época. O autor define o segundo governo da República como a “fase jacobina da República” e Floriano Peixoto como “uma pálida versão tropical do Robespierre dos tempos do Comitê de Salvação Pública”, *A formação das Almas...*, p. 30. A influência das idéias francesas para os jacobinos ou radicais republicanos, como ele designa várias vezes os jacobinos, é tão cara ao autor que Carvalho chega a falar em “rosseauismo”, do qual supostamente estes teriam se apropriado através dos discursos de Silva Jardim. Sobre a “visão rosseauiana do pacto social” de Silva Jardim e a sua “concepção de cidadania que se aproximava do modelo rosseauiano”, *Os bestializados...*, respectivamente p. 24 e p. 47. Sobre os “traços rosseauianos” da idéia de pátria dos “republicanos radicais” genericamente concebidos, *ibid.*, pp. 63-64. Decerto, não está sendo proposto neste trabalho que os jacobinos brasileiros fossem alheios às atuações dos pioneiros franceses. Todavia, poucos jacobinos – à exceção, por exemplo, de Hygino Rodrigues, Agrício Camargo, Elisiário Castanho, fundadores de *O Nativista* de São Paulo, e Deocleciano Martyr no início de sua atividade jornalística jacobina – faziam alusões aos originais franceses ou a acontecimentos da Revolução Francesa. Mesmo assim, estas recordações soavam mais como um grito retórico do que como algum espelhamento de ações e performances políticas. Em relação a Silva Jardim, os jacobinos sabiam evidentemente de quem se tratava, até mesmo porque o propagandista havia sido homenageado com a atribuição de seu nome a um batalhão patriótico da Capital. O professor Gabriel da Silva Jardim, pai do Antonio da Silva Jardim, chegou a presentear os redatores de *O Jacobino* com uma biografia sobre seu filho e a visitar a redação deste jornal. *O Jacobino*, respectivamente, 02/05/1895, n. 44, p. 3 e 10/10/1896, n. 66, p. 2. Os ‘Tiradentes’, como um meio de denegrir o crescimento das atividades dos monarquistas restauradores, publicaram um trecho da segunda conferência ‘Pela República contra a Monarquia’, de 30 de dezembro de 1888, na qual Silva Jardim respondeu aos artigos de Joaquim Nabuco em *O Paiz* contra a propaganda republicana. ‘Cousas Passadas’, *O Nacional*, 14/09/1895, n. 101, capa. Alguns redatores ‘Tiradentes’, com esta intensificação da propaganda restauradora, passaram a dar a algumas de suas matérias títulos alusivos aos panfletos e conferências de Silva Jardim, como ‘Em perigo’ e ‘Em guarda’. Isto não significa filiação doutrinária e tampouco que tenham lido dogmaticamente os escritos de Silva Jardim. Outros jornais republicanos também se valeram deste recurso. Na *Gazeta de Notícias* de 1896, por exemplo, podem ser encontrados artigos do moderado Ferreira de Araújo com títulos igualmente alusivos, como ‘Governo Acephalo’, e a seção provisória ‘Pela República’. Quanto ao “rosseauismo”, não havia nenhum componente discursivo que lembrasse os preceitos do filósofo francês J. J. Rousseau. A máxima que os jacobinos mais se empenharam em pregar foi a famosa “doutrina” do ex-presidente norte-americano James Monroe, a quem e a cujo país não se cansavam de elogiar, cuja frase proverbial passou a ser uma das epígrafes de *O Jacobino* a partir de 01/08/1896, juntamente com o suposto dito de Floriano Peixoto, “O Brasil para os Brasileiros”.

Qualquer abordagem que assim se oriente, acabará por ressaltar supostas deficiências dos jacobinos brasileiros que por si mesmos pouco procuravam referenciar os franceses e tampouco imitá-los. As comparações entre jacobinos brasileiros e franceses, que alguns acadêmicos brasileiros, como José M. de Carvalho, pretendem preservar, foram feitas pelos atores políticos desta primeira década republicana que se colocavam em posição hostil aos jacobinos.²⁵⁵ Analisar os monarquistas restauradores que se encontravam em situação inversa à dos jacobinos, por exemplo, preferencialmente por meio dos discursos jacobinos redundará em interpretações depreciativas, reducionistas e carregadas de juízos de valor acerca daqueles atores. O mesmo ocorre caso se considere os artigos de Ferreira de Araújo na *Gazeta de Notícias*, as cartas do então monarquista Joaquim Nabuco aos seus solidários ou os despachos e correspondências do diplomata português Conde de Paço d’Arcos como testemunhos por excelência da caracterização das idéias e atuação política dos jacobinos. Estes contemporâneos seus desafetos de fato os assemelhavam aos jacobinos franceses, justamente porque objetivavam causticar os momentos de “terror” supostamente instaurados por estes ‘desordeiros’ ou para demonstrar o quanto eram ‘alucinados’ e ‘anacrônicos’.

Voltando à inferência de Hahner sobre o alegado “radicalismo de direita” dos jacobinos mais “extremos”, sistematicamente é preferível caracterizá-los como agentes históricos que se realçaram no cenário do Rio de Janeiro como apoiadores do governo que se encontrava na situação. O que eles em essência defendiam era a necessidade de manutenção do *status quo* por parte do sucessor do Marechal Floriano para que continuassem sendo elementos beneficiados ‘pela situação’ e, portanto, governistas. Ao se certificarem de que se começava a demolir gradualmente o ordenamento político militarista e beligerante legado pelo Marechal colocaram-se em oposição ao governo de Prudente.

Ainda assim, a caracterização de June Hahner dos ‘jacobinos’ como agentes de um “radicalismo de direita” implicitamente atenta ao *continuísmo* que mais do que qualquer

²⁵⁵ De acordo com J. M. de Carvalho: “Desde o final de 1892, quando surgem batalhões e clubes patrióticos, Paço d’Arcos não cessa de invectivá-los. Para ele, o Club Tiradentes, dirigido por Sampaio Ferraz, que fora o primeiro chefe de polícia da República, era composto de voluntários ‘da pior espécie, que, quais novos marseheses, se preparam com o seu Barbaroux para alguma repetição d’um 10 de Agosto!’. Segundo ele, Sampaio, ao despachar os capoeiras para Fernando de Noronha, teria deixado no Rio os capangas e vadios de sua confiança para formar seu batalhão de sicários”, *Os bestializados...*, p. 71. É pertinente observar que logo depois, neste mesmo livro, o autor cita em nota como referência o trabalho de June Hahner, ‘Jacobinos versus

‘reformismo’ fundamentava as suas propostas políticas para o encaminhamento da jovem República durante a sua fase de transição da presidência militar à civil.

Os jacobinos não eram extremistas políticos na defesa de possíveis reformas e mudanças políticas e sociais, embora algumas alterações econômicas de cunho nacionalista, como a nacionalização da navegação de cabotagem, fizessem parte de suas propostas. O conjunto de suas propostas políticas para a República deve ser entendido como fundamentalmente mantenedor do *status quo*. Caso o analista perca esta dimensão ‘continuísta’ de suas proposições, o discurso e a atuação política dos jacobinos perdem o sentido contingencial que os particularizou e que só podem ser entendidos tomando como ponto de partida o seu próprio referente: a conjuntura de transição entre a presidência militar e a civil. E mais, as suas críticas e queixas contra o governo civilista de Prudente de Moraes ficam soltas num vazio, de modo que o analista pode ser levado a endossar academicamente opiniões construídas durante o enfrentamento e embates do momento, como as de um civilista como Ferreira de Araújo e de alguns monarquistas, de que os jacobinos reclamavam sem saber o porquê, agitavam pelo prazer de agitar, tumultuavam a Capital pelo gosto da desordem. Para a historiografia, a consequência é a reprodução nas interpretações explicativas de que existiam nestes anos “caóticos” e de “aventura”, como os denominou Lessa, uns agitadores que iam para as ruas pela mera oposição. E com isto, destitui-se de possibilidade analítica parte da riqueza de experiências políticas desta primeira década republicana. Perde-se, inclusive, o foco da própria oposição dos jacobinos a Prudente, construída porque o novo presidente começou a desmontar a ‘situação militarista e beligerante’ que os beneficiava. Em suma, priva-se os atores de sua própria especificidade conjuntural e da politização contextualizada de suas idéias e propostas.

Galegos...’, não fazendo menção alguma à composição dos batalhões patrióticos e clubes republicanos apresentada pela pesquisadora que na verdade é bem diversa desta oferecida pelo diplomata português.